

Comentários

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS GUERRAS

Dino Willy Cozza*

Das causas da Guerra

Algum conhecimento de política, de relações internacionais, de economia é obviamente necessário a fim de se compreender as causas que levam à guerra. Filosofia, e mesmo teologia, podem ser necessárias (Wolf, 1938:157)¹.

A guerra é a mais complexa das atividades humanas. Seu estudo requer racionalidade, equilíbrio emocional e isenção ideológica. E mais, é necessário um profundo e amadurecido embasamento histórico.

Dos conhecimentos humanos, porém, um é imprescindível para o estudo e a compreensão das causas da guerra: a Geografia.

A Geografia é ainda e sempre será questão central na aventura humana. Eis uma afirmação muito oportuna de Denis Jeambar publicada no *L'Express* de 15 de fevereiro de 2001.

Lembra-nos ainda Jeambar a importância da ciência geopolítica na definição de

uma estratégia bem fundamentada. O mesmo autor conclui que *negligenciar a Geografia é massacrar a História. E também citando Marx: Os homens fazem a História, mas ignoram a História que fazem.*

Nessas condições, antes de se dedicar ao estudo da guerra e suas causas há que se aprofundar no estudo da Geografia e da História.

Segundo Waltz², a estrutura anárquica do desenvolvimento internacional ou o fato de que nada há no sistema internacional para prevenir a guerra, o que ele chama de anarquia internacional, é a permissiva causa da guerra. É uma análise pessimista e radical do assunto. Mas, o tempo e a História estão do seu lado.

Já para Nelson e Olin³ há, pelo menos, duas correntes de pensamento conservador que seriam as origens das guerras: uma, a que pressupõe que os indivíduos e as nações são basicamente agressivas no seu procedimento, e, outra, que sugere que as guerras resultam quando as nações perdem sua disciplina e sua ordem, ou quando as hierarquias internacionais são rompidas.

Poderíamos usar muito tempo, papel e tinta discutindo as causas da guerra. As

* Capitão-de-Mar-e-Guerra (FN).

¹ Wolf, V. *Three Guineas*, 1938.

² Waltz, K. N. *Man, the State and War: A Theoretical Analysis*. Columbia University Press, Nova York, 1959

³ Nelson, K. L., e OLIN, Junior, S. C. *Why War? Ideology, Theory and History*. University of California Press, Berkeley e Los Angeles, 1979.

enumeradas acima creio que englobam outras opções. Considero-as, assim, suficientes para o presente comentário.

A guerra é um fenômeno que, em certas circunstâncias, pode até prescindir de causas, ou ainda, servir de causa para outras guerras, como foi a relação entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial.

Ideologia da Guerra

A ideologia da guerra apresenta-se sob os mais diversos temas. Entre os mais constantes, encontram-se a consciência patriótica e a unidade nacional ou étnica. Para sua divulgação, até a arte é utilizada através da poesia, cinema, pintura, escultura, literatura, teatro, enfim usando todos os meios da comunicação social e da informação.

A idéia de Pátria embora não seja universal e nem sequer tenha tido uma existência histórica permanente é das que mais profundamente toca a consciência do povo. Para Herder Zimmer, a nação não consiste em uma criação política, não está restrita a um Estado nacional moderno. Ela é, sim, uma personalidade supra-individual do povo, alicerçada sobre a língua, o direito, a religião e os costumes. É, inclusive, suprapolítica e coesiva, mesmo quando são impostas subdivisões territoriais e limites internos que impeçam a unidade política do Estado.

Outra idéia, comumente utilizada para justificar ou legalizar a guerra, é a liberdade. Tais idéias propiciam um clima sociopsicológico que motiva a sua aceitação. Daí decorreu a Guerra Psicológica para abater o moral do grupo oposto. Além do mais, as diferenças culturais, as-

pecto dos mais interessantes, fazem parte da ideologia e da legitimação da guerra.

Toda uma biblioteca poderia ser escrita sobre esse fascinante assunto. Mas, para justificar a guerra, basta uma idéia, conforme nos indica Friedrich von Logau (1604-1655): *Marte não necessita de advogados.*

A guerra é, também, um fenômeno ideológico e profundamente sociológico.

A Psicologia da Guerra e da Paz

Para que se possa prevenir a guerra é preciso conhecer suas causas. Para entender suas causas torna-se imprescindível conhecer as *mentes dos homens*, pois é aí que nascem as justificativas das causas. Esse conhecimento deve ser considerado em dois níveis: um, filosófico, e, outro, psicológico. No campo filosófico, acredita-se que: *a guerra é natural, e o inimigo é real.* No campo psicológico, as funções apreensão, pensamento, intuição, desejo e ação são as que mais motivam a aceitação da guerra. Quando os aspectos filosóficos e psicológicos se somam, a guerra, além de natural, pode passar a ser também desejável.

Quando enfocamos a ideologia da guerra citamos a influência da comunicação social. Mas a comunicação social é também fator ponderável na equação da psicologia da guerra. Os escritores e os jornalistas, formadores da opinião pública, contribuem para alterar as mentes dos homens. Todavia, há que se distinguir dois cenários em que essas coisas acontecem. O primeiro é aquele no qual os comunicadores sociais têm ampla liberdade para apresentar suas idéias. O segundo encontra-se em sociedades nas quais os atos ofi-

ciais dos governantes são efetivados sem levar em conta a aprovação da opinião pública. Contudo, em ambos casos, os fatos influenciam as pessoas e atuam na psicologia da guerra. O ataque do Império do Japão às bases norte-americanas de Pearl Harbor, em 7 de dezembro de 1941, é uma fonte rica de estudo sobre a utilização da comunicação social e da motivação psicológica para a quebra da paz e a psicologia da guerra.

Os estereótipos étnicos somando-se às diferenças culturais também estão presentes nas razões psicológicas que fazem aceitar a formação da imagem do inimigo.

Após a Segunda Guerra Mundial, uma nova tecnologia veio ocupar lugar no arsenal das questões psicológicas: a televisão. Muitas vezes as imagens do inimigo são formadas, nas crianças, a partir da tela do aparelho de televisão. O inimigo é sempre diabólico, ditatorial e bárbaro. A guerra é sempre mostrada como a luta do bem contra as forças do mal. São mensagens ideológicas. O mundo é sempre bipolarizado, e o mal não tem possibilidade de redenção, o que facilita a criação de um novo episódio, e na vida do cotidiano a perpetuidade das guerras.

De Tucídides (Atenas, cerca de 465 a.C./Atenas 395 a.C.) até Lewis F. Richardson, dos antigos historiadores aos modernos psiquiatras, uma longa lista de estudiosos tem pesquisado como o medo distorce as imagens, como imagens distorcidas promovem o medo, e como essa perigosa espiral tem levado nações à destruição mútua, acrescentando sofrimento e miséria à história da humanidade. Esse medo é um fator de

grande importância na análise da psicologia da guerra.

Enfim, a psicologia da guerra e da paz deve ser estudada com muito cuidado por aqueles que pretendem conhecer as causas da guerra, a fim de poder preveni-la e entender por que um bebê pode ser considerado um inimigo.

A guerra é um fenômeno psicológico como consequência de questões psicológicas.

Perspectivas Antropológicas

A antropologia da guerra é um ramo da antropologia política, importante disciplina no estudo da violência organizada.

Afirma-nos Robert L. Carneiro, curador de antropologia do Museu Americano de História Natural: *Guerra é um fato central da história da humanidade*. O historiador britânico Hugh Taylor⁴ registrou: *Guerra é das mais incessantes e importantes atividades nas quais o organismo social humano se engaja; e tratar a guerra meramente como uma delinqüência moral é nos retirar de uma fonte de grande valor de informações como ... a natureza (da sociedade)*.

Com exceção do alimento, de todos os recursos nacionais requeridos, a energia é o mais básico. O valor da questão energética pode variar de um estado para outro, mas um recurso é imprescindível e está se tornando cada vez mais escasso: a água potável. E, possivelmente, no futuro teremos conflitos para aquisição e controle das fontes de água doce.

O que se depara é que a guerra faz parte da natureza humana e o homem sempre encontrará um motivo para fa-

⁴ TAYLOR, Hugh. *History As a Science*. Mathuen and Co. Ltd., Londres. 1933

zer a guerra, que é, também, um fenômeno antropológico.

Algumas Conclusões

Nos diz a Bíblia: *Caim matou seu irmão Abel*. Digo eu: aí começou a guerra, logo com os primeiros filhos da primeira mulher. Quando uma mãe bate em seu filho criança sem que ele entenda a razão daquela agressão, está-se predispondo um futuro adulto para aceitar o uso da força. Quando um pai dá uma ordem, e recebendo a pergunta *por quê?* responde: *porque eu quero*, está criando uma situação de coerção sem justificativa, e, portanto, a do uso do poder com a ameaça da força, está criando um cenário de guerra. O homem é agressivo. A sociedade é agressiva. As nações são agressivas.

Pode-se afirmar que a História Militar é a história da humanidade, tantos foram os acontecimentos históricos sobre crises e conflitos. Assim, Heródoto, o *pai da História*, nos descreve guerras, assim Tucídides, o criador da História moderna, nos relata a guerra.

Quanto aos mecanismos para assegurar a paz, nenhum até hoje alcançou o seu propósito plena e duradouramente. Eu particularmente, embora militar por formação, não acredito em nenhuma solução de conflito pelo emprego da força, das armas, que possa ser perene. Durará enquanto durar a pressão.

Quanto aos tratados e às alianças, a História nos mostra que são feitos para serem rasgados quando novos interesses se manifestam.

Acredito, sim, na educação. Educar as crianças e os jovens para que enten-

dam a falácia da guerra. Mas, como fazê-lo se a natureza humana irá modificá-los. Como atuar sobre essa herança medular? Seria possível?

A situação de controle de crises em nível internacional tem melhorado no último século, porém creio que a sua eficácia só acontecerá quando o animal homem aprender a respeitar seus irmãos, seus familiares. Não há Conselho de Paz ou Organização Familiar que consiga resolver esse problema. Infelizmente.

Matéria extraída de comunicação apresentada pelo autor no XXVII Congresso Internacional de História Militar, realizado em Atenas/Grécia no período de 19 a 25.08.2001).

COMO COMBATER EM UMA GUERRA ASSIMÉTRICA

*Wesley K. Clark**

Nos mais negros momentos de nossa experiência, após o Vietnã, o General do Exército americano, Bill De Puy, visitou Israel. Foi logo em seguida à guerra de outubro de 1973, quando as forças de Israel aniquilaram uma série de maciços ataques blindados às alturas de Golan. Isso foi o clímax da batalha e a vitória foi estreita e custosa.

Os sírios usavam equipamentos e táticas da União Soviética. O Exército dos Estados Unidos trabalhou estreitamente com Israel. Juntos, vimos a necessidade de armas mais potentes para os carros-de-combate; maior alcance, aparelhagem óti-

* General do Exército norte-americano.

ca à prova do tempo; blindagem mais leve; melhor coordenação entre as unidades. As táticas defensivas eram refinadas, complementando as já formidáveis possibilidades ofensivas de Israel. Para Israel, era a quarta guerra em 25 anos. Os israelenses eram superiores no terreno e no ar, pelo menos em termos convencionais.

Daí, os adversários de Israel buscarem uma nova maneira de combater. Eles empregavam Infantaria, equipada com armas de pequeno porte; granadas de rojão propulsadas; mísseis guiados anticarro. Em resposta, Israel colocou morteiros em seus carros-de-combate e pôs em prática a tática de assegurar a posse das alturas do terreno para manter sob fogo a Infantaria inimiga.

Então, os palestinos, dentro de Israel, aprenderam como resistir usando força não letal, como pedras e pedaços de madeira. Era uma tática visando a explorar as sensibilidades mundiais, forçando as forças de segurança de Israel a reagir. Ocasionalmente, as táticas eram suplementadas por homens armados, misturados entre os lançadores de pedras ou pelo uso de bombas de terror. Isso era o *intifadeh*.

Israel, de repente, viu-se ele mesmo retratado como Golias, em vez de David. Revidar os ataques com aviões de combate, carros-de-combate e artilharia era impossível; com tropas no terreno, havia o risco de baixas; e nenhuma sociedade é mais relutante do que Israel em aceitar perdas.

Assim, Israel desenvolveu novo equipamento, novas forças e novas táticas. Para assegurar suas fronteiras, Israel desdobrou seus carros-de-combate com pesados armamentos e viaturas de transporte de tropas. Helicópteros Apache e transportes

aéreos sem piloto e meios óticos de longo alcance foram providenciados. Para se proteger internamente, Israel distribuiu a seus infantes munição de plástico e outros itens para controle de distúrbios. Forças especiais de segurança foram organizadas para ajudar a dispensa de unidades convencionais de Israel da responsabilidade de manter a ordem interna. Quando o confronto com as aglomerações hostis era inevitável, Israel adotou regras restritas para o engajamento e atiradores *snipers* para responder aos oponentes armados - em um esforço para minimizar perdas e evitar cenas dramáticas capazes de inflamar a opinião mundial.

Mas, para cada ação de um lado, segundo a doutrina militar, há uma reação do outro.

E, como os palestinos e outros Estados árabes sustentam sua determinação de sobrepujar Israel, eles passaram a utilizar centenas de homens, até mesmo crianças, desejando tomar as ruas. Centenas de esclarecidos e bem colocados apoiadores no exterior simpatizam com eles e mantêm pressão internacional contra Israel.

As possibilidades dos dois lados, apesar de totalmente assimétricas, foram em grande parte contrabalançadas. E, na peculiar lógica político-militar do Oriente Médio, constituem o estágio para ulterior confronto.

Para Israel, toda batalha de rua tem que ser tática e defensiva, requerendo respostas tendo em vista a proteção de vidas e propriedades. Para Israel, toda baixa, mesmo entre os palestinos, é uma perda. Para os palestinos, todo confronto é estratégico e ofensivo, aumentando a pressão em Israel, construindo apoio no mun-

do árabe, e toda resposta militar de Israel é uma oportunidade para isolamento de Israel de seus liberais, democráticos e idealísticos simpatizantes. Para os palestinos, toda baixa, mesmo as suas, pode ser ganho estratégico.

Mas, nesse último *round*, os palestinos foram além. A violência da turba que resultou no bárbaro assassinato de dois reservistas de Israel, detidos em uma prisão palestina, foi um erro estratégico. A opinião internacional e interna pronunciou-se contrária.

A resposta de Israel foi tática a estrategicamente efetiva. As sortidas, pelos helicópteros armados, naquela quinta-feira, bateram alvos de instalações palestinas ligadas com a incitação da violência. Cuidadosamente, dando sinais de alerta, visando a minimizar as baixas civis, Israel traçou uma firme linha de ação. Foi suficiente, enérgica, e, na opinião pública de Israel, satisfatória. E, como clara escalada - lembrando ao mundo que acontecimentos locais podem rapidamente dar origem ou transformarem-se em um maior conflito regional - a ação de Israel provocou ação diplomática, de todos os lados.

Mas, essa última resposta de Israel está longe de ser decisiva. A continuação da luta será conduzida sem equipamentos de alta tecnologia. Será um esforço para evitar a concentração de grandes e voláteis turbas, minimizar incidentes provocativos e obter informações necessárias aos grupos de atiradores (*snipers*) e forças de elite especiais. As armas-chaves serão recursos de informações e controles de movimento. Então, o encargo caberá à polícia e forças de segurança - e de uns poucos atiradores de elite. As armas pesadas esta-

rão lá, porém, mantidas à retaguarda, para lembrar a determinação de Israel de defender seu povo.

Tradução da revista Time pelo General Ruy Leal Campello

CHINA: O DESPERTAR DO GIGANTE ASIÁTICO

*Manuel Cambeses Júnior**

A partir de 1974, o Brasil começou a delinear um processo de aproximação com os chineses, com o restabelecimento de relações diplomáticas e o reconhecimento, pelo governo brasileiro, da República Popular da China.

Naquela época, o maoísmo encontrava-se em um avançado estado de decadência. A morte de Mao Tsé-Tung, em 1976, marcou o começo de significativas mudanças no Partido Comunista Chinês e, dois anos mais tarde, Deng Xiaoping iniciava o caminho das reformas econômicas, ao mesmo tempo em que propiciava a abertura do país aos investimentos estrangeiros. Abriu-se, assim, um processo de transformações que, entre 1978 e 1998, promoveu um crescimento médio anual do PIB na ordem de 9,8%, aumentando o PIB *per capita* de US\$ 45 para US\$ 770. Esse incremento foi acompanhado de significativas transformações sociais e culturais certamente espetaculares. Como resultado dessas significativas ações são muito numerosos os problemas e desafios que

* Coronel-Aviador. Chefe da Divisão de Assuntos Internacionais da ESG.

enfrenta a China de hoje. Do Ocidente ouvem-se múltiplas críticas - muitas justificadas - às contínuas violações aos direitos humanos. Contudo, por mais que devamos esperar melhoras e mudanças substanciais na sociedade chinesa, visto em perspectiva histórica, os avanços observados no conjunto do país são sumamente notáveis, considerando a prosperidade alcançada pela população mesmo que submetida a uma limitada liberalização do regime político.

Durante os anos do maoísmo (1949-76), o Partido Comunista Chinês controlou totalitariamente a vida dos indivíduos em seus mínimos detalhes, com maior ênfase em um ou outro aspecto, dependendo do momento. Uma das manifestações mais perversas desse fenômeno foi a catalogação da população em grupos em que lhes rotulavam etiquetas políticas positivas ou negativas, dependendo da origem social e da posição assumida ante a Revolução. O controle que se exercia sobre decisões muitas vezes estritamente pessoais, como a escolha do cônjuge, do posto de trabalho ou o lugar para residir, afetou a todos e a cada um dos homens e mulheres do grande continente chinês. Entre algumas das mais nefastas iniciativas do denominado *Grande Timoneiro* cabe destacar a política do *Grande Salto Adiante*, no final da década de 1950, e princípios da de 1960, que teve como saldo a morte de mais de trinta milhões de pessoas, quando a China sofreu uma das mais devastadoras agruras sociais do século XX. Suas conseqüências resultaram, inclusive, maiores do que a posterior Grande Revolução Cultural Proletária, a partir de 1966, cujo custo em

vidas humanas e destruição patrimonial foi também elevado.

Sob essa ótica, as cotas de liberdade e bem-estar social alcançadas na China atual são, indubitavelmente, de grande alcance. O processo de transição chinês, em contraposição com o ocorrido na antiga União Soviética, não somente permitiu um importante desenvolvimento econômico, mas também tem sido acompanhado de uma certa estabilidade social, se bem que interrompida com os acontecimentos que culminaram na sangrenta intervenção do Exército Popular, em junho de 1989, como reação às mobilizações estudantis na Praça de Tiananmen. Naturalmente, as estruturas de poder mantiveram uma linha de continuidade com a hegemonia do Partido Comunista Chinês que, entretanto, foi dissipando, gradualmente, o que foram os dois grandes pilares de sua política durante o maoísmo: a planificação estatal da economia e o controle social. A ideologia do partido, nesses aspectos, pouco ou nada tem a ver com aquele tempo.

Entretanto, o Partido Comunista Chinês, necessitando de legitimação política e sem renegar completamente o seu passado, em parte para evitar assumir todas as responsabilidades que dele se derivaram, continua promovendo um exacerbado nacionalismo. A história das humilhações sofridas pela China, em mãos dos japoneses e de algumas potências ocidentais, durante o século XIX e princípios do século XX, é insistentemente recordada nas mais diversas instâncias oficiais. Daí resulta a relevância que tiveram os acontecimentos, como a recuperação de Hong Kong, em 1997, e Macau, dois anos mais tarde, bem

como o fato de a reunificação de Taiwan seja apresentada como irrenunciável nos discursos das elites chinesas e nos pronunciamentos oficiais do governo. Ademais, as constantes manifestações na reivindicação territorial da ilha têm um efeito de coesão social interna dentro do continente. Esse auge nacionalista tem produzido um grande impacto nas comunidades chinesas de ultramar, que têm respondido à oferta de identidade nacional com o incremento de investimentos da pátria-mãe. Não é em vão que a exaltação nacionalista é o último reduto ideológico que não sofreu variações significativas no Partido Comunista Chinês, desde os tempos de Mao Tsé-Tung, e forma parte dessa mítica porcentagem de acertos que continuam atribuindo ao fundador da República Popular da China.

Após a morte de Deng Xiaoping, em fevereiro de 1997, e a ascensão de Jiang Zemin como secretário-geral, os passos dados pela nova direção colegiada do Partido Comunista Chinês têm manifestado o firme propósito de continuar o processo de reformas. A insistência da China para obter sua readmissão na Organização Mundial do Comércio, visto que pertencia ao antigo GATT até 1949, nos brinda com uma indicação mais próxima da vontade política do gigante asiático. Por sua parte, a União Européia e os Estados Unidos apostam em plenas relações com a República Popular da China, fundamentalmente com o objetivo de incrementar os intercâmbios comerciais mas, também, como

fator impulsionador de transformações políticas e, em especial, de estabilidade nessa região do planeta. Indubitavelmente, o êxito com que está se desenvolvendo a transição socioeconômica na China, que satisfaz, momentaneamente, as expectativas de amplos setores da população, torna previsível que uma eventual democratização do sistema político se dilate consideravelmente no tempo.

O Brasil, em contraste com vários países da União Européia e da Ásia, conta em sua aproximação com a China com a vantagem de não ter participado na história de suas humilhações. Entretanto, encontra-se bastante defasado com respeito ao nível de conhecimentos sobre aquele portentoso país, o que de certo modo torna-se fator inibidor ao desenvolvimento de relações diplomáticas, comerciais e culturais mais satisfatórias. No âmbito político e empresarial se reconhece a importância que a Ásia Oriental tem no novo contexto da globalização. Todavia, é necessário definir, claramente, o papel que o Brasil deve desempenhar neste fascinante processo de transição da história chinesa. E é nessa direção que as universidades brasileiras devem voltar suas atenções, utilizando-se da ajuda de entidades públicas e privadas, como sói ocorrer nas nações mais desenvolvidas, promovendo, dentro da vida acadêmica, atividades docentes e de investigação relacionadas com a China e suas diversas facetas sociais, econômicas, culturais e políticas. ☉